



Associação Conquistas da Revolução

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

EDITORIAL

Para lutar, sempre

Com a serenidade do trabalho realizado, compete-nos reflectir sobre os caminhos que traçámos e cumprimos e os projectos e ambições que esperam concretização. Neste número da folha informativa, ainda especial, de certo modo, na comemoração do centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves, convirá acentuar devidamente o trabalho dos órgãos da ACR e dos associados, sem esquecer ajudas valiosas na realização do que fizemos.

Nesta perspectiva gostaria de falar da entrega à concepção e realização de pontos altos das iniciativas programadas, por exemplo a ajuda de quem trabalhou no conteúdo e na organização gráfica da folha informativa especial e a decisiva participação na sessão comemorativa realizada em Lisboa, em Maio deste ano, no espectáculo de evocação e homenagem ao General Vasco Gonçalves.

São pontos altos de actividade, entre outros da mesma importância, realizados nomeadamente no Porto e em Viana do Castelo, neste ano intenso, de valorização da memória do Companheiro Vasco, que foi e é exemplar no trabalho de entrega à transformação do individual no colectivo, da simplicidade complexa no mundo generoso e humanizador que queremos ajudar a construir.

Fica para outros, que abandonaram a Revolução de Abril no que era de novo e transfigurador, essa ambição de sobressair na mentira e na ignorância das conquistas alcançadas e do que queremos sempre projectar no futuro. A luminosa e ampla memória de Vasco Gonçalves continuará nos caminhos que é necessário abrir e percorrer para reforçarmos o que nos identifica e diferencia.

Trabalho colectivo, interacção com os associados e amigos, entrega à captação de gente mais nova para continuar o trabalho que aí fica e que honrará os que continuam a ser o que foram, na intervenção para cumprirmos os objectivos e o que é essencial na ACR e no quotidiano vivo e participado de que precisamos.

Chegar a mais associados e amigos, continuar a trabalhar entre os que são necessários para que a dedicação e a generosidade imperem e determinem novas realizações para um futuro que seja novo e vencedor, face à corrupção dos poderes que traem a democracia conquistada e a vida interventiva e revolucionária dos trabalhadores e do povo.

Vida sempre nova e transfiguradora que será decisiva para o avanço deste país sacrificado e resistente, que merecerá sempre a acção e a memória do General Vasco Gonçalves. Valores maiores que continuaremos a prosseguir para os tornar mais intensos e quotidianos entre os que combatem as injustiças, a arrogância e a corrupção no mundo velho e destruidor que terá de desaparecer.

Modesto Navarro, vice-presidente da Direcção da ACR

2
**Da privatização ao desastre.
A banca e a Constituição
da República Portuguesa**

3
Apelo aos Associados

4
**Comemorações do centenário de
Vasco Gonçalves**

7
**Porque é necessário manter
o negócio das guerras?**

8
**PRR: Uma bazuca
com pólvora estragada**

10
**A grave epidemia de Covid-19
e a gravíssima manipulação e
desinformação que a acompanhou**

12
Notas sobre o Afeganistão

Da privatização ao desastre

A banca e a Constituição da República Portuguesa

Por **Miguel Tiago**, geólogo e escritor



Dos largos milhares de milhões de euros que a banca distribuiu aos accionistas desde a sua privatização entre 1990 e 1992 nem um desses milhões reverteu a favor do desenvolvimento social e económico do país. Pelo contrário, não apenas a banca privada não reforçou o tecido económico nacional, como contribuiu fortemente para o debilitar através de três principais meios: o da predação do sector produtivo e das famílias com recurso a juros, taxas e comissões, o da canalização de grande parte do crédito para grandes grupos económicos e o da falência do sistema bancário desde 2009, consumindo cerca de 20 mil milhões de euros dos orçamentos do estado.

A nacionalização da banca em 1975 respondeu ao boicote que os grupos económicos exerciam sobre a economia, como forma de asfixiar a revolução de Abril e suas conquistas. A privatização respondeu aos anseios dos grandes grupos económicos que pretendiam, como vieram a conseguir, a obtenção dos créditos fáceis e sem garan-

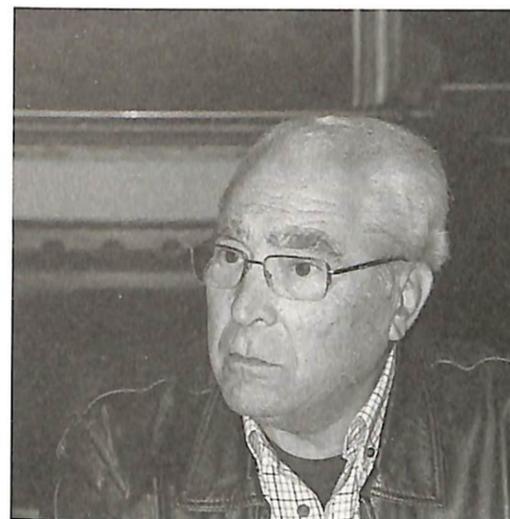
tias, enquanto satisfaziam simultaneamente a avidez dos accionistas privados da banca.

Trinta anos passados sobre a privatização, conduzida por Mário Soares e Cavaco Silva, ou seja, PS e PSD, a banca encontra-se numa situação de privilégio absoluto. Não apenas é o único sector a que o estado ocorre quando existe um colapso por má gestão financeira, como lucra com a dívida pública nacional e com o estrangulamento à economia e às famílias, mesmo nos momentos mais duros da história contemporânea. Estamos no segundo ano de uma situação de pandemia, tendo isso implicado pesadas perdas no emprego, nos rendimentos do trabalho, na produção, nos serviços públicos em muitas outras esferas da vida dos cidadãos. Ao mesmo tempo, a banca acaba de apresentar lucros de 540 milhões de euros para o primeiro semestre de 2021.

Esses 540 milhões de euros foram subtraídos à economia, foram subtraídos aos rendimentos dos trabalhadores e não reflectem a totalidade dos ganhos da banca. Na verdade, os principais bancos portugueses provisionaram centenas de milhões de euros para cobrir o risco de empréstimos. Esses milhões provisionados podem vir a ser mais tarde recuperados e, caso não sejam, a banca contará uma vez mais com o apoio do estado (sem que exista uma ruptura política) para suprir as perdas por empréstimos não pagos. Uma boa parte destes lucros é, no entanto, obtida pela Caixa Geral de Depósitos, único banco público dentro a banca nacional. Isso não significa, contudo, que a Caixa está a desempenhar o papel que lhe compete. Antes alinha no essencial pelo mercado privado, aumentando as suas taxas e comissões, encerrando balcões e preparando a sua estrutura interna e seu funcionamento no contexto nacional para uma privatização, assim também confluindo para as grandes orientações da União Europeia e da União Bancária que visam, no essencial, criar um grande polo bancário ibérico e privado.

Ao mesmo tempo, a banca despediu só no último ano 1550 trabalhadores e encerrou 240 balcões, numa reconfiguração que é essencialmente funcional mas que tem o fito numa reconfiguração de propriedade e de estrutura do sector financeiro à escala europeia com impactos brutais na banca portuguesa.

A banca nas mãos dos privados continua a ser utilizada para satisfazer a formação e consolidação de grupos monopolistas, ao contrário do que se lê na Constituição da República Portuguesa e concentra um poder económico e político que tolhe inevitavelmente a democracia e a soberania política e económica do país. Só com um controlo público efectivo, subordinada ao interesse nacional e à democracia, não apenas através da dita supervisão e regulação, é que a banca pode desempenhar o papel fundamental que deve ter na construção de um Portugal que cumpra, aplique e respeite os valores, princípios e comandos da Constituição da República Portuguesa.



Batista Alves, Presidente da Direcção da ACR

Caros associados,

conforme é já do conhecimento de todos, vamos realizar, em 21 de Outubro, uma Assembleia Eleitoral, com os condicionamentos que a situação sanitária nos impuser, sendo que para a sua realização procuraremos utilizar as melhores e mais acessíveis formas de participação.

Apelamos à participação de todos os associados.

Impõe-se-nos hoje, mais do que nunca, reforçar a nossa capacidade para preservar, divulgar e promover o apoio dos cidadãos aos valores e ideais da Revolução, iniciada a 25 de Abril de 1974, tarefa indispensável na luta por um Portugal melhor, mais justo e mais fraterno. E, inserido na comunidade internacional com a visão humanista e pacifista saída da Revolução de Abril, demarcando-se das geoestratégias de rapina que têm caracterizado a política externa dos EUA e da UE, pugnando, isso sim, pela dissolução dos blocos político-militares, conforme preconizado no Artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa.

A recente debandada da NATO do Afeganistão, põe a nu toda a tramóia com que se fundamentaram estes 20 anos de ocupação militar, para a qual nos deixámos também arrastar. Nenhum dos objectivos propalados foi conseguido e

para trás ficou um rasto de destruição e morte, a que acresce agora mais uma vaga de refugiados. Não podemos e não devemos continuar, seja qual for o pretexto, a pactuar com esta estratégia belicista, responsável já por uma infindável lista de crimes contra a Humanidade.

Permitam-me agora, uma reflexão pessoal e recordar-vos o falecimento de Diniz de Almeida, militar de Abril, em 16 de Maio último.

A Diniz de Almeida, activista do Movimento dos Capitães, em 25 de Abril de 1974 coube comandar a coluna militar vinda da Figueira da Foz, acção determinante para o êxito do golpe militar.

Em 11 de Março de 1975, os contra-revolucionários elegeram-no, a ele e ao Regimento de Artilharia Ligeira (RALIS), como primeiro alvo da conjura. Falharam!

Falharam perante a firmeza, a tranquilidade e a força das suas convicções.

Como militar que sou, ao tempo recém-regressado da guerra colonial, confesso ter sentido um imenso orgulho na farda que então ambos envergávamos e que ele de forma tão deslumbrante soube dignificar. Obrigado camarada!

Diniz de Almeida figura na Comissão de Honra das Comemorações do Centenário do nascimento do General Vasco dos Santos Gonçalves.

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!
Apelamo-vos, por isso, que paguem a vossa quota! Podem fazê-lo por Transferência bancária para o **IBAN PT50 0035 2178 0002 9245 6304 6** ou por depósito para a **conta da Caixa Geral de Depósitos: 2178 0292 4563 0** Sugere-se a visita ao site **www.conquistasdarevolucao.pt** e ao blogue da Associação **www.conquistasdarevolucao.blogspot.com** onde são publicados os comunicados e anunciadas as iniciativas da Associação.

Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro
E-mail: acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt
Depósito Legal: 360191/13

Comemorações do centenário de Vasco Gonçalves

Estamos a comemorar o Centenário do nascimento do General Vasco dos Santos Gonçalves e neste objectivo temos empenhado todo o esforço da nossa ACR, procurando vencer todas as adversidades que se nos têm deparado, de entre as quais a pandemia que ainda nos assola, se bem que a maior de todas, não é seguramente a mais dolorosa: dói-nos a ingratidão e o ostracismo oficial e dói-nos o silêncio cúmplice dos grandes meios de comunicação social.

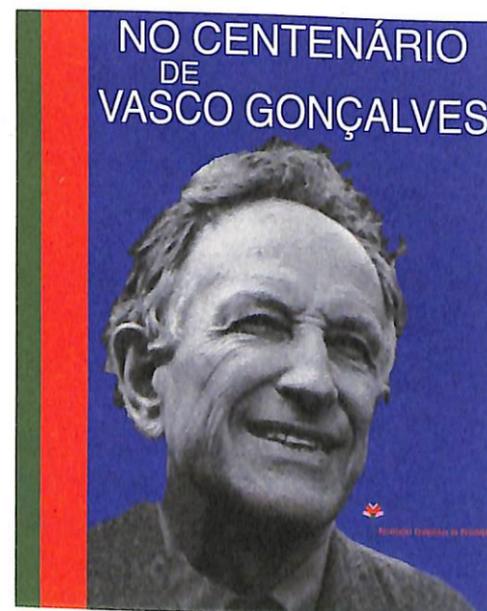
Mas não nos conseguiram fazer parar, a nós e aos muitos, muitos homens e mulheres deste país de Abril, à espera e na luta para que Abril se cumpra. Tamanha e tacanha pequenez mais e mais agiganta a figura ímpar do Homem, do militar de Abril, do revolucionário, do “Companheiro Vasco”.

Do Programa das comemorações, que apresentámos em Outubro de 2020, realizámos já:

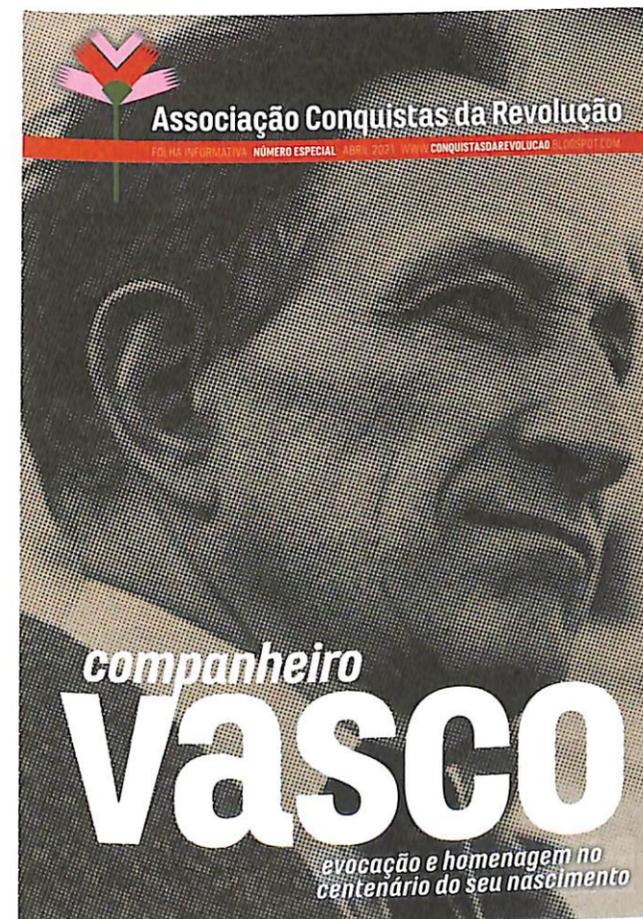
- A edição da medalha comemorativa da autoria de Acácio Carvalho;



- A edição de um cartaz comemorativo, trabalho do escultor José Santa-Bárbara sobre fotografia de Alfredo Cunha;



- A edição de uma Folha Informativa, especial, dedicada ao Centenário, com textos de personalidades ligadas às áreas de intervenção mais representativas da acção do General, documento indispensável para o estudo da nossa História Contemporânea, com textos de:
 - Manuel Begonha, presidente da AG da ACR
 - Pedro Pizarat Correia, militar de Abril
 - Jorge Sarabando, coordenador do núcleo do Porto
 - José Ernesto Cartaxo, sindicalista
 - António Quintas, sindicalista
 - Abílio Fernandes, autarca
 - Raimundo Cabral, operário agrícola
 - A. Grandão Ramos, juiz jubilado
 - Domingos Boeiro, autarca
 - Modesto Navarro, escritor
 - Rui Namorado Rosa, professor universitário
 - Carlos Silva Santos, médico
 - Catarina Ruivo, arquitecta
 - Américo Nunes, sindicalista
 - Maria José Maurício, escritora
 - A. Melo Carvalho, investigador na área da educação e desporto
 - José Goulão, jornalista
 - Anabela Fino, jornalista
 - António Avelãs Nunes, professor universitário
 - Baptista Alves, presidente da direcção da ACR



- A edição também de uma brochura, intitulada “Quem foi Vasco Gonçalves”, com textos de Manuel Begonha e Miguel Urbano Rodrigues;
- Realizámos uma exposição fotográfica, em suporte adequado, com vista ao apoio de intervenções nas escolas, associações e autarquias e outras iniciativas locais de comemoração do centenário para as quais seja pedida a nossa colaboração;



- Participámos na edição do livro do Professor Avelãs Nunes, intitulado “Vasco Goncalves – essa gente é o que é, eu sou um homem do MFA”, cujo lançamento já teve lugar em Coimbra, no Porto, em Viana, em Lisboa, em Évora, em Faro e em Silves e vai prosseguir com uma 2.ª edição;
- Realizámos um Concerto em Gaia, no Cine-Teatro Eduardo Brazão, em 23 de Abril, organizado pelo Núcleo ACR do Porto – Piano com Fausto Neves, Poesia, Olga Dias, e “Música com Paredes de Vidro”, com Alexandre Weffort (flauta), Carlos Canhoto (saxofone), Fausto Neves (piano), Hugo Brito e Manuel Pires da Rocha (violinos) – com intervenções de Jorge Sarabando e Baptista Alves;



- Realizámos um Colóquio “Vasco Gonçalves – a obra e o homem”, em 24 de Abril, no Salão Nobre da Câmara de Matosinhos, organizado pelo Núcleo do Porto com apoio da Câmara Municipal de Matosinhos, que contou com a participação dos Professores universitários António Avelãs Nunes e Manuel Loff e dos militares de Abril, Comandante Henrique Mendonça e Coronel José Castro Carneiro;

- Participámos, em 3 de Maio, na inauguração da Placa toponímica na Rua General Vasco Gonçalves, no Lumiar, cerimónia que contou com a presença e intervenções da vereadora da cultura da Câmara Municipal de Lisboa, do presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, família do General e de nós próprios, ACR, enquanto dinamizadores da concretização deste evento na data em que se completaram os 100 anos do nascimento do General Vasco Gonçalves;



- Realizámos uma sessão-convívio na Sede da nossa ACR, em 3 de Maio, assinalando a data do nascimento do General Vasco Gonçalves com a inauguração da nossa exposição;

- Realizámos uma sessão solene, em Lisboa, na Voz do Operário, no dia 9 de Maio – Projecção de um vídeo com uma intervenção do General sobre a nacionalização da Banca; Poesia por Carmen Santos; Música por Manuel Pires da Rocha, Sofia Lisboa e Vanessa Borges e por Manuel Pires da Rocha, Fausto Neves, Carlos Canhoto e Alexandre Weffort; e no final, a actuação do Coro Lopes Graça – com intervenções do Presidente da AG da ACR, Manuel Begonha, e do Presidente da Direcção da ACR, Baptista Alves;



- Participámos em evento comemorativo da iniciativa da CMLoures, no dia 15 de Maio, com intervenção de Henrique Mendonça;

- Realizámos, no Teatro Sá de Miranda em Viana do Castelo, numa iniciativa do Núcleo ACR de Viana do Castelo, uma sessão evocativa – *Poemas para Vasco Gonçalves*, por Armando Santos, João Bartolomeu, José Escaleira, José Figueiras e José Matos Lisboa; Vídeos de intervenções do General; Excertos de discursos, lidos por António Neiva; Documentário sobre a manifestação pública em Viana do Castelo no 10.º Aniversário da Nacionalização dos ENV, com a presença do General, e Música por Cândido Miranda, José Barbosa e Xico Malheiro – com a presença e intervenção do Presidente da Direcção da ACR, Baptista Alves.



Outros eventos comemorativos do centenário, por nós promovidos ou por iniciativas locais das Câmaras Municipais com a nossa participação activa, terão ainda lugar:

- No Porto, em Outubro, uma exposição, iniciativa do Núcleo do Porto;
- Em Setúbal;
- Em Angra do Heroísmo;
- Em Lisboa, com um colóquio sobre a “Vida e Obra do General.”

– Estamos também empenhados na elaboração duma colectânea do trabalho realizado nas comemorações que reúna todo os imensos e valiosos contributos recebidos, que esperamos poder apresentar publicamente em Maio de 2022;

– Vamos dar início à concretização de um sonho que já tarda: o reconhecimento público do povo de Portugal à figura dum dos seus maiores, o General Vasco dos Santos Gonçalves, com a construção dum monumento na cidade de Lisboa evocando a gesta do 25 de Abril de 1974 e a Revolução popular, actos heróicos, páginas de luz que a nossa História contemporânea regista, e o tiveram como um dos principais obreiros.

Porque é necessário manter o negócio das guerras?

Manuel Marques Pinto, vogal da Direcção da ACR

Talvez muitos do que estão a ler este título pensem que estou a insultar os milhões de famílias que perderam os seus parentes num dos muitos conflitos de maior ou menor intensidade que nas últimas décadas e mesmo recentemente ocorreram ou estão a decorrer.

Na realidade pretendo que todos nós percamos uns minutos e possamos ajuizar sobre o que actualmente se passa neste planeta – o único que nos pode albergar nos próximos decénios – e como nós humanos o continuamos a maltratar e destruir com a nossa incúria e ignorância.

Acabei de ler que a recente saída do Afeganistão, das forças estrangeiras chefiadas superiormente pelos Estados Unidos já está a provocar uma brusca subida do preço da heroína, pois além do transporte que era assegurado pelos aviões das forças lá estacionadas, os talibãs decretaram a proibição do cultivo da papoila e só o Afeganistão em 2019 parece que assegurava mais de 60% da produção mundial, ou seja perto de 2.800 toneladas da heroína consumida maioritariamente nos EUA quer abastecendo as grandes indústrias farmacêuticas, quer maioritariamente alimentando os carteis clandestinos de distribuição.

Claro que parece muito, mas as guerras são caras e sobretudo era necessário distribuir muito dinheiro para manter aquele governo fantoche e as suas forças policiais “colaborantes”.

Claro que o grande negócio mundial das drogas, quer sob a capa de uso farmacológico ou de “distribuição” pelo cada vez maior número de viciados, não vai parar e poderemos esperar o seu rápido recrudescimento num qualquer ponto da América Latina, ou numa das já conhecidas áreas do Leste Asiático onde o seu cultivo nunca desapareceu,

nem que para tal uma nova guerra ou conflito local “tenha de ser criado”.

O ANA ou seja o Exército Nacional Afegão – Afghanistan National Army – que chegou a atingir perto dos 80.000 homens e que “desapareceu” em cerca de 3 meses, era constituído na sua maioria por homens quase analfabetos e com um número muito reduzido de militares capazes de operar sistemas ou armas mais sofisticadas, mas que tinham a garantia de sustento e alimentação para as suas pobres famílias, em muitas situações protegendo o cultivo de grandes áreas de papoila opiácea.

Quando nos últimos meses os seus chefes deixaram de lhes entregar o soldo, começaram a ser subsidiados pelos talibãs com a promessa de não pegarem em armas contra eles e informarem de todos os movimentos militares previstos. O mesmo foi feito junto das forças policiais que deixaram de prender e denunciar a presença de “elementos” desconhecidos ou mesmo de talibãs desarmados que passaram a circular livremente no seio das populações rurais.

Em poucos meses a população nos meios rurais e pequenas cidades passou a ser colaboradora com o antigo regime talibã e daí até as autoridades locais começarem a ser permissivas ao alastrar rápido e seguro das “novas autoridades clandestinas” que até começaram a pagar o que o governo central de Cabul não fazia, veio a alterar completamente o domínio do interior do País em mais de 80% do seu território.

Enfim, tudo o que se passava, obviamente não poderia passar completamente despercebido às forças invasoras que estiveram no Afeganistão cerca de 20 anos, e daí o progressivo abandono de muitas das dezenas de bases militares que se iniciou há mais de um ano, embora a imprensa estrangeira fosse conivente nesse silêncio e nem fotos nem notícias foram divulgando tais acontecimentos, mas na realidade em grande parte do território já não havia “operações de busca e captura” como eram denominadas as acções das forças ocupantes e dos seus “colaboradores locais” nomeadamente corpos de polícia e “grupos clandestinos de mercenários estrangeiros” que actuavam como “corpos de operações especiais” especializados em assassinatos de civis que eram denunciados como colaboradores dos talibãs.

Não estranhemos portanto que na fuga precipitada e assalto aos aviões de evacuação tenham aparecido tantos milhares de “intérpretes” vestidos à civil.

Mais uma vez se veio a confirmar que em qualquer país e em qualquer parte do mundo, uma população que quer libertar-se do domínio estrangeiro ou dum ditador, e se mobilize nesse sentido, acaba por ser vitoriosa e com maior ou menor perda de vidas contra um invasor que pode ter o maior exército do mundo e os mais sofisticados meios de combate, quer aéreos quer terrestres, **a vontade de um povo a que assiste a razão é invencível.**



PRRR

Uma bazuca com pólvora estragada

Por **Demétrio Alves**, investigador

Em Março de 2020, perante o impacto da pandemia coronavírus, os órgãos de governação europeia reagiram com a mobilização dos fundos estruturais (FEEI)¹ existentes relativos ao período de programação financeira em curso (2014/2020), agilizando-os no sentido de uma resposta financeira rápida à crise.

Com esse pacote inicial, designado *Coronavirus Response Investment Initiative Plus* (CRII+), não se injectou mais dinheiro fresco, mas permitiram-se alterações que redirigiram os FEEI para proporcionar liquidez imediata e flexível. A Comissão Europeia (CE), sempre muito burocrata, viu-se obrigada a facilitar procedimentos técnico-administrativos, viabilizando transferências entre regiões e categorias, além de permitir co-financiamentos a 100%.

Como se verificava, ao tempo, um grande atraso na execução dos FEEI, a reprogramação simplificadora devida ao Covid 19 acabou por acelerar as taxas de execução.

Uma primeira nota para registar que, para fazer face à crise de saúde pública, a União Europeia (UE) teve que desviar fundos destinados à política de coesão. O Fundo de Solidariedade da UE (para crises de emergências/desastres naturais) permitiu que os Estados “mais afectados” acessem a um apoio adicional que, na totalidade, poderia ir até 800 milhões de euros iniciais. Esses recursos foram mobilizados, de facto, no âmbito dos meios orçamentais já existentes destinados à coesão, atrasando ainda mais um processo de convergência já de si pouco visível. Quando esticada a manta financeira para tapar a crise ficaram, uma vez mais, destapados os pés da realidade.

Um segundo reparo quanto à notória cacofonia que se instalou na UE quanto à logística de vacinação: as visões nacionais dos Estados que comandam os destinos europeus digladiaram-se na praça pública em prol dos interesses das farmacêuticas que mais lhes interessa. A Organização Mundial de Saúde engrossou a voz em diversas ocasiões, tentando impor algum decoro ético ao desenfreado egoísmo neoliberal. Com pouco êxito, diga-se, como se vê na escandalosa desigualdade das taxas de vacinação entre os países OCDE² e os restantes, em todo o Mundo, salvo excepções verificadas na China, Rússia, Singapura, Camboja, Cuba, Arábia Saudita, Uruguai, Chile e poucos mais.

Subjacente à crise de saúde pública avultou, desde muito cedo, o *tsunami* socioeconómico. Assim, as primeiras referências políticas àquilo que veio a designar-se, em Portugal, Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), datam de Maio de 2020.

- 1 Fundos Estruturais Europeus de Investimento: FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), FSE (Fundo Social Europeu) e FC (Fundo de Coesão).
- 2 Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, com 38 países. Na OCDE estão integradas três importantes Agências: Agência Internacional de Energia (AIE), Agência de Energia Nuclear (AEN) e Fórum Internacional de Transportes (ITF).

Foi no Parlamento Europeu que Ursula van der Leyen, Presidente da Comissão Europeia (CE), se referiu a “investimentos numa escala sem precedentes” através de um programa chamado “O Momento da Europa. Reparar e Preparar para a Próxima Geração”³. Em números redondos apontou-se um valor total de 750 mil milhões de euros, divididos entre 500 mil milhões em subvenções não reembolsáveis e 250 mil milhões em empréstimos, que iriam ser colocados à disposição dos 27 países da União Europeia (UE). Os 750 mil milhões de euros somar-se-iam aos 1.200 mil milhões de euros previstos para o orçamento comunitário no período de 2021 a 2027.

Rios de dinheiro iriam ser despejados para gerar uma rápida recuperação socioeconómica, reparando os danos imediatos provocados pela pandemia. Foi esta a mensagem inicial para causar boa impressão. Atenção a um pormenor: o dinheiro agora disponibilizado aos países virá a ser pago a partir de 2028, prevendo-se, nesse sentido, o lançamento de impostos complementares.

Depois de vários meses calcorreando os corredores alcatifados de Bruxelas e Estrasburgo, a ideia emergiu na forma de um novo instrumento financeiro que, embora contenha no título a palavra recuperação, está totalmente focado nas transições, digital e energético-climática, barreadas com uma camada de resiliência.

Do que coisa se trata, então, o *Next Generation EU*, ou Mecanismo de Recuperação e Resiliência? Como repercute ele em Portugal através do PRR, também designado governamentalmente por “bazuca”?

Dos 723.800 milhões de euros virão para Portugal 16.644 milhões de euros (2,3%), dos quais 13.944 milhões de euros correspondem a subvenções não reembolsáveis e o restante em empréstimos, que deverão ser utilizados até 2026. Há que lhes adicionar o REACT EU, o Fundo de Desenvolvimento Rural e o Fundo para a Transição Justa, num total de 2.500 milhões de euros.

Este financiamento extraordinário juntar-se-á ao QFP⁴ 2021-2027 e ao residual de QFP 2014-2020 que deverá ser utilizado até 2023. O total, um pouco mais de 70.000 milhões de euros numa década, constitui um financiamento muito significativo.

Mas, permitirá ele a recuperação socioeconómica e a convergência de Portugal no espaço europeu? A resposta só pode ser negativa quando se analisam os pilares e medidas concretas previstas.

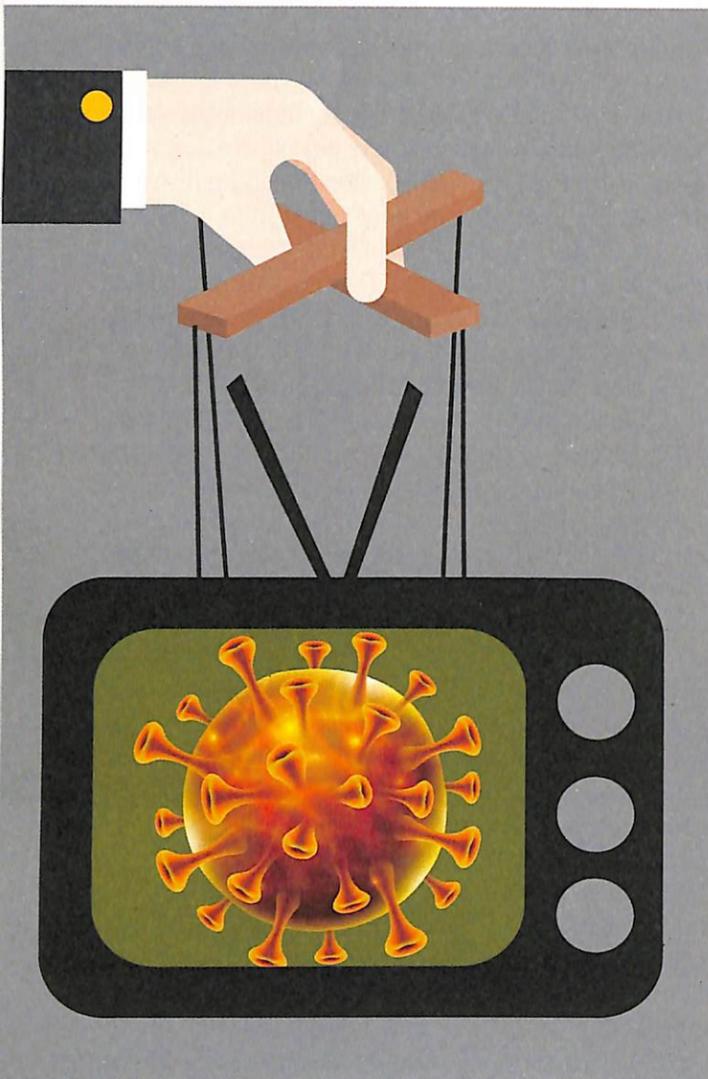
- 3 Next Generation EU.
- 4 O Quadro Financeiro Plurianual é o orçamento de longo prazo da União Europeia (UE) que estabelece a alocação dos recursos disponíveis para financiamento das políticas definidas no quadro da estratégia europeia multianual.

A discussão pública tem-se focado em dois eixos: se há capacidade para utilizar bem este volume de financiamento, e na polémica introduzida pelas confederações patronais que afirmam ser a grande parte do dinheiro destinado à Administração Pública. Não é possível analisarem-se aqui estas questões, mas pode dizer-se que é falsa a ideia de que as empresas não receberão, directa e indirectamente, grande parte do financiamento. Quanto à capacidade de absorção eficiente dos recursos é, de facto, problemática.

Mas, o essencial que leva a afirmar ser o PRR, no fundo, uma bazucada de pólvora estragada, está no condicionamento político europeu imposto para a sua utilização, e que o governo português acatou entusiasticamente: o dinheiro deverá ser usado para alavancar uma transformação socioeconómica estrutural, centrada em dois tipos de transição, a energética (2.092 milhões €) e a digital (2.460 milhões €), afagada com uma almofada designada resiliência com 9.677 milhões €. Esta transformação estrutural tem a ver, na totalidade, com o reforço da agenda neoliberal imposta através de 36 reformas político-administrativas obrigatórias e, também, com os negócios da descarbonização acelerada da sociedade e da economia, e com a digitalização, em particular a que suporta o teletrabalho e a automação das produções.

Na vertente da transição energético-climática, por exemplo, as principais consequências já estão à vista em Portugal: mais de sete milhares de trabalhadores desempregados devidos aos encerramentos precoces da refinaria GALP de Matosinhos e de duas centrais termoeléctricas, aumento das importações de energia e de diversos produtos intermédios estratégicos, um quase apagão eléctrico, além da descontrolada subida nos preços da energia.

Quanto ao muito apregoado CO₂, não se vislumbram reduções porque, obviamente, continuará a ser emitido noutros pontos de produção no estrangeiro.



1 A Covid 19 – tradição e inovação em saúde pública

O planeta Terra tem uma reserva, ainda desconhecida, de bactérias e vírus com potencialidades de provocar danos à espécie humana.

Nos casos mais recentes de alguns vírus da gripe e Corona vírus o processo de infecção do homem é complexo mas mantém o mesmo paradigma: primeiro o agente da doença coabita com um dado hospedeiro, ave, mamífero ou até réptil e pode fazê-lo por muitos anos sem provocar danos ou ultrapassar a barreira da espécie; segundo, é necessária uma intervenção humana neste equilíbrio ecológico selvagem para provocar a destabilização. Existem ainda áreas do planeta não exploradas nomeadamente em África e na China.

Não existe nenhuma novidade na metodologia para atingir a espécie humana deste novo Corona Vírus, provavelmente já velho no planeta. O seu hospedeiro será certamente um animal selvagem, por exemplo o morcego com quem tem convivido ao longo dos anos, eventualmente muitos, em perfeita harmonia. A fase seguinte da história natural destas doenças virais implica a passagem do agente patogénico para um animal de nível superior ao qual não provoca necessariamente doença letal. (ex.: porco, aves domésticas e outros). No estágio seguinte, dentro da capacidade de adaptação, o vírus transmite-se aos seres humanos de proximidade provocando-lhes a doença classificada como zoonose. O ciclo fecha-se com a mutação necessária para a infecção se transmitir entre seres humanos.

Para a ciência da saúde pública qual foi a novidade desta epidemia? 1.º A mortalidade elevada (superior à da gripe) por doença respiratória, exigindo a intervenção sem precedentes de cuidados hospitalares diferenciados e intensivos com tecnologia de ponta de respiração assistida: 2.º Criação de um clima de medo generalizado e de risco de vida que foi transformado num dos maiores desastres de encerramento da economia e da sociedade em geral: 3.º A enorme transmissibilidade da doença viral numa população mundial sem histórico de resposta imunitária, o que fez lembrar outras situações do passado com a epidemia do vírus da chamada «gripe espanhola».

Todas as explicações fantasiosas, falsas, preconceituosas e ignorantes foram difundidas pela comunicação social corporativa, nomeadamente as televisões.

A grave epidemia de Covid-19 e a gravíssima manipulação e desinformação que a acompanhou

Carlos Silva Santos, médico de saúde pública e ocupacional

2 A primeira resposta ao surto nacional

No início, os casos importados foram acompanhados com alguma displicência e exageros não fundamentados apesar do temor difundido. O Serviço Nacional de Saúde foi chamado a responder com prontidão, naturalmente nem sempre coordenado e com dificuldades de meios.

Ficou claro desde início que a frente principal de prevenção primária, os cuidados primários e, nomeadamente, a saúde pública não tiveram capacidade de resposta por falta de meios humanos, técnicos e organizacionais, tendo sido os hospitais a arcar com a intervenção e a serem o elo crítico da cadeia de ataque à epidemia.

De notar que os serviços privados não entraram desde início na resposta à epidemia.

3 A mobilização de meios hospitalares e o uso das novas tecnologias cardio respiratórias

Os hospitais públicos e os seus profissionais estiveram à altura das circunstâncias com elevada capacidade de adaptação às necessidades de resposta, à procura de suprimento dos meios de trabalho e de equipamento e no essencial travaram a hipotética rotura dos serviços. Especial relevo deve ser dado aos abnegados profissionais de saúde de todas as profissões.

Ficou clara a desorientação nacional e internacional no aprovisionamento dos novos recursos técnico-hospitalares com um início de salve-se quem puder e, naturalmente, os grandes países a reter para si os fornecimentos escassos.

4 Em plena epidemia «trancas à porta»

O governo, pouco esclarecido e manipulado pela pressão da comunicação social, logo na primeira vaga da epidemia, em vez de reforçar os serviços preventivos de saúde pública e estimular à participação activa da população optou por tomar medidas administrativas de limitações de direitos de mobilidade, encerramentos de empresas e estabelecimentos. Foram claramente subalternizadas as intervenções de saúde pública agravadas com o evoluir da epidemia. A estrutura de saúde pública claudicou desde a privada Saúde 24, até à DGS e aos serviços regionais e locais de saúde

pública. Não houve educação para a saúde. Muitas vezes estiveram atrás do dano com intervenção de diagnóstico inicial tardio, falta de controlo de casos e de contactos, falta de testagem, uma saúde pública de gabinete sem interferência nas comunidades e sem concertação com outros agentes locais nomeadamente autarquias. Nos casos onde funcionou fez a diferença.

5 O capital histórico de saúde pública em matéria de vacinação foi decisivo

A vacinação em Portugal tem sido um êxito na seriedade e rigor com que tem sido levado à prática ao longo dos anos. O PNV está implantado no saber e no sentir das populações e por isso levou ao sucesso da vacinação em massa dos vários estratos da população com as diversas vacinas anti Covid, derrotando de forma estrondosa os arautos da desinformação e manipulação comunicacional, muitas vezes estimulados pela indústria farmacêutica monopolista, principal beneficiária dos grandes negócios com bens que deveriam ser de domínio público.

A vacinação faz parte da prevenção primária em saúde pública e todas as avaliações quer da sua efectividade quer dos riscos inerentes foram sendo estabelecidos. Não existe risco zero entre os vacinados mas a probabilidade de adoecer é pequena. Não justifica restrições absolutistas da vida económica e social vulgarmente avançadas por médicos tecnocratas e por uma nova casta de ignorantes transformados em «epidemiologistas» pelas TV, com o beneplácito da enquistada e minúscula DGS.

6 Lições para o futuro

Sem dúvida reforçar o SNS nos cuidados primários de saúde e nos cuidados hospitalares e dar à saúde pública os meios humanos e os recursos informáticos e de mobilidade para que no futuro possa assumir a liderança da prevenção e combate a novas e velhas epidemias sem se ver ultrapassada pela administração interna e protecção civil.

Não existem serviços de saúde sem profissionais qualificados, com carreiras e salários justos. O reforço do SNS é uma boa lição para o futuro.

Notas sobre o Afeganistão

Jorge Sarabando, vogal da direcção da ACR

1 – A História revela-nos que o Afeganistão foi sempre alvo de interesses geo-estratégicos e, ao longo dos séculos, foi invadido e ocupado por exércitos de potências estrangeiras.

No entanto, depois das primeiras vitórias, as mais bem equipadas e comandadas forças militares nunca conseguiram consolidar a ocupação e domínio territorial e acabaram por ter de retirar.

Assim aconteceu, por exemplo, em 1838 e em 1878 com o Exército britânico, proveniente da Índia, que depois de estrondosos triunfos no terreno e da ocupação de Cabul, acabou por sofrer humilhantes derrotas e regressar ao ponto de partida.

2 – País fortemente islamizado, com resquícios feudais, derrubou a monarquia, em 1973, e viveu em Abril de 1978 uma Revolução popular que conduziu à fundação da República Democrática do Afeganistão. Um dos feitos mais notáveis foram as conquistas alcançadas nos direitos das mulheres, que passaram a poder frequentar todos os graus de ensino e a exercer cargos públicos, o que antes lhes era vedado, na Reforma Agrária, no primado atribuído à educação e à saúde.

3 – O novo governo foi desde início hostilizado pelas forças mais retrógradas, animadas por sectores fundamentalistas islâmicos. Tal como em outros países do Médio Oriente, foram constituídas milícias armadas, apoiadas, equipadas e financiadas pelos Estados Unidos.

4 – O Governo legítimo, fortemente ameaçado pelo avanço no terreno dos seus inimigos, pediu a ajuda militar da União Soviética. A presença no País, tratada com grande alarido mediático no Ocidente como “invasão soviética do Afeganistão”, iniciou-se nos últimos dias de 1979 e terminou em 1989. O Governo resistiu até 1992. O Presidente deposto, M. Najibulah, foi retirado à força das instalações da ONU, onde se tinha refugiado, brutalmente assassinado e o cadáver exposto durante uma semana numa rua de Cabul.

5 – As forças vencedoras, em que já pontificavam os ditos Talibans, começaram por desfazer as conquistas alcançadas, desde logo no que respeita aos direitos das mulheres. Forças heterogéneas em que se incluíam grupos terroristas. Como viria a acontecer no Iraque, na Líbia, na Síria, tais forças cresceram com a bênção e o apoio oculto ou discreto dos Estados Unidos.

Houve as que se autonomizaram e seguiram a sua própria agenda. Alguns dos seus dirigentes, como Osama Bin Laden, acabaram por ser abatidos pelos norte-americanos.

6 – No início dos anos 90, a NATO alterou, por novo tratado, a sua natureza e objectivos. De aliança defensiva, de ajuda mútua, para actuar no território dos estados membros se atacados no quadro da chamada “ameaça russa”, passou a ser uma aliança ofensiva, capaz de agir à escala global, lá onde possam surgir ameaças aos interesses dos estados membros.

Face aos atentados das torres gémeas de Nova Iorque, o Afeganistão foi descrito pelo governo norte-americano como o “santuário” de onde partiram os ataques. A NATO serviu de cobertura à invasão de 2001.

Os talibans e outros grupos afins foram vencidos. Novo governo, favorável aos Estados Unidos e seus aliados, entre os quais Portugal, foi instalado. Mas a sua fragilidade está à vista: nas últimas eleições, a participação eleitoral foi de cerca de 4%.

7 – Há que recordar que a retirada das forças invasoras foi objecto de um acordo escrito, em 2020, entre os talibans e a Administração Trump, para que ocorresse neste ano. O que está a acontecer resulta do acordo que coube à Administração Biden cumprir, e como se está ver de forma desastrosa.

Três conclusões:

- A situação actual do Afeganistão é uma tragédia anunciada, fruto da intervenção militar dos Estados Unidos e dos seus aliados.
- É necessária a solidariedade activa com o povo afegão, com os direitos de todos os seus cidadãos, em particular das mulheres, com respeito da soberania nacional de um País independente, que tem séculos de história.
- O imperialismo norte-americano, com ou sem cobertura da NATO, actua para defender os seus próprios interesses e não de quaisquer valores democráticos ou civilizacionais. Recorre à mentira para atingir os seus objectivos: na Jugoslávia, com a “limpeza étnica”, no Iraque, com as “armas de destruição massiva”, na Síria, com as “armas químicas”, na Líbia, com “os ataques terroristas”, são apenas exemplos.